



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140369 - DF (2020/0345855-5)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : R R S (PRESO)**  
**ADVOGADOS : TATIANA TREUHERZ SALOMÃO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF034136**  
**NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por R. R. S. contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (HC n. 0743477-65.2020.8.07.0000).

O recorrente foi condenado à pena de 4 anos e 3 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito previsto no art. 213, § 1º, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, tendo-lhe sido negado o direito de recorrer em liberdade.

Sustenta a ausência dos requisitos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal para a manutenção da sua prisão preventiva, sendo desnecessária a segregação antecipada.

Alega que a fundamentação da custódia cautelar foi com base na gravidade abstrata do delito, destacando que as condições pessoais favoráveis demonstram que a segregação é incabível.

Assevera a desproporcionalidade da prisão cautelar, reforçando que se encontra cumprindo pena em regime mais gravoso que o fixado na sentença condenatória, sendo cabível a readaptação do modo prisional.

Defende a aplicação das medidas diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Consigna que cabe ao Estado propiciar todos os meios para assegurar a saúde e a vidas das pessoas presas, devendo, assim, ser aplicada a Recomendação CNJ n. 62/2020 com a finalidade de revogar a sua prisão cautelar.

Requer, liminarmente, que seja colocado em liberdade até o julgamento final do presente recurso. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva, compatibilizado o regime inicial de cumprimento da pena para o

semiaberto ou aplicadas as medidas alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a situação alegada em relação à covid-19 apresenta-se de cunho genérico, portanto, insuficiente a atender aos normativos e à jurisprudência autorizadoras da prisão domiciliar.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente